

FONTES PARA A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O CINEMA EDUCATIVO NO BRASIL (1910-1939)¹

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Evelyn Fernandes Faheina
E-mail: evelynfaheina@gmail.com
Instituição: Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Submetido: 16/11/2021

Aprovado: 05/03/2022

Publicado: 27/12/2023



 10.20396/rho.v23i00.8667559

e-Location: e023051

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):
FAHEINA, E. F.; SILVA, W. F. da. Fontes para a investigação científica sobre o cinema educativo no Brasil (1910-1939). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-23, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8667559. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8667559>. Acesso em: 27 dez. 2023.

  **Evelyn Fernandes Faheina***
Universidade Federal da Paraíba

  **William Ferreira da Silva****
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este artigo comunica os resultados de uma pesquisa que investigou quais fontes, disponibilizadas no acervo Digital da Biblioteca Nacional, apresentaram notícias relacionadas à temática do cinema educativo no Brasil, de 1910 a 1939. Ao fixar esse período, fez-se o mapeamento das fontes, cujo processo de busca ocorreu a partir das seguintes palavras-chave: cinema educativo, cinema instructivo, cinema escolar, cinema recreativo, censura cinematographica, cinema e censura, film immoral, fiscalização do cinema, cinema immoral, fitas immoraes, maus films, cinema e educação religiosa, cinema e propaganda catolica. Com isso, foram identificadas 123 fontes, dentre as quais jornais e revistas que indicaram o cinema como estratégia para educar os brasileiros nas três primeiras décadas do século XX. Dos documentos analisados, verificou-se que essa ação foi reforçada, em todo o território nacional, pela igreja, pela polícia, pela imprensa e pela escola como colaboradoras da prática do cinema educativo no país. A análise das notícias, presentes nas fontes investigadas, possibilitou a compreensão sobre o cinema, a partir das seguintes perspectivas: I) como recurso facilitador do ensino; II) como estratégia disseminadora de valores cívicos e religiosos; III) como material indispensável à disseminação de conteúdos morais; IV) como recurso vantajoso a ser utilizado em práticas religiosas e educativas; V) como produção fiscalizada por entidades vinculadas a interesses governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema educativo. Mapeamento. Jornais e revistas.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



**SOURCES FOR SCIENTIFIC RESEARCH ON EDUCATIONAL CINEMA IN BRAZIL
(1910-1939)**

Abstract

This article is about the results of a research that investigated the sources available in the Digital Collection of the National Library, that present news related to the Brazilian educational cinema theme, especially from 1910 to 1939. In fixing this period, we mapped the sources whose search process occurred from the following keywords: educational cinema, instructive cinema, school cinema, recreational cinema, cinematic censorship, cinema and censorship, immoral films, cinema supervision, immoral cinema, immoral videotapes, bad films, religious education and cinema, cinema and catholic advertisings. Thus, 123 sources were identified: among them, newspapers and magazines that indicated the cinema as a strategy to educate Brazilians in the first three decades of the 20th century. From the documents examined, it was found that this action was reinforced throughout the national territory by the church, the police, the press and the school as collaborators in the practice of cinema. The analysis of the news, present in the sources investigated, made possible the understanding about the cinema from the following perspectives: I) as a teaching facilitator resource; (II) as a strategy for disseminating civic and religious values; (III) as a material indispensable to the dissemination of moral content; (IV) as an advantageous resource to be in religious and educational practices; (V) as controlled and supervised production by entities linked to governmental interests.

Keywords: Educational cinema. Mapping. Newspapers and magazines.

**FUENTES PARA LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA SOBRE EL CINE EDUCATIVO
EN BRASIL (1910-1939)**

Resumen

En este artículo se comunican los resultados de un estudio que investigó qué fuentes, de entre las disponibles en el acervo Digital de la Biblioteca Nacional, presentaban noticias relacionadas con la temática del cine educativo en Brasil, entre 1910 y 1939. Al fijar dicho periodo, se trazó un mapa de las fuentes, cuyo proceso de búsqueda se dio por medio de las siguientes palabras clave: cine educativo, cine instructivo, cine escolar, cine recreativo, censura cinematográfica, cine y censura, película inmoral, fiscalización del cine, cine inmoral, cintas inmorales, malas películas, cine y educación religiosa, cine y propaganda católica. Así, se identificaron 123 fuentes, incluyendo periódicos y revistas que indicaban el cine como estrategia para educar a los brasileños durante las tres primeras décadas del siglo XX. A partir de los documentos analizados, se verificó que dicha acción fue reforzada, en todo el territorio nacional, por la iglesia, la policía, la prensa y la escuela como colaboradoras de la práctica del cine educativo en el país. El análisis de las noticias, presentes en las fuentes investigadas, permitió la comprensión sobre el cine, desde las siguientes perspectivas: I) como recurso facilitador de la enseñanza; II) como estrategia difusora de valores cívicos y religiosos; III) como material indispensable para la difusión de contenidos morales; IV) como recurso con presencia provechosa en prácticas religiosas y educativas; V) como producción controlada y fiscalizada por entidades vinculadas a intereses gubernamentales.

Palabras clave: Cine educativo. Mapeo. Periódicos y revistas.

INTRODUÇÃO

Este artigo comunica os resultados de uma pesquisa que investigou quais fontes, extraídas do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, no período de 1910 a 1939, apresentaram notícias relacionadas à temática do cinema educativo no Brasil. As informações presentes nos documentos consultados e analisados indicaram que o uso do cinema como estratégia para educar os brasileiros, nas três primeiras décadas do século XX, foi reforçada em todo o território nacional pela igreja, pela polícia, pela imprensa e pela escola como colaboradoras da prática do cinema educativo no país. Assim, os investigadores organizaram as fontes encontradas e as agruparam de acordo com o período e as palavras-chave delimitadas na pesquisa.

Do ponto de vista teórico, estudos preliminares indicaram que o Estado brasileiro, desde o início do Século XX e antes da existência de uma legislação específica sobre a prática do cinema educativo no país, apropriou-se da cinematografia como estratégia para educar os brasileiros. Nessas circunstâncias, a igreja, a polícia, a imprensa e a escola apareceram como instituições colaboradoras que assumiram o objetivo de fortalecer a prática pedagógica do cinema no país e disseminar projetos sociais, culturais e políticos em torno do tema em questão (Faheina; Silva; Santos, 2021).

O mapeamento das fontes, extraídas do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, constituiu a primeira etapa dessa pesquisa que, de modo geral, buscou investigar o discurso sobre o cinema educativo no Brasil, de 1910 a 1939. Partimos do pressuposto que poderíamos encontrar uma ordem discursiva materializada em palavras, frases e expressões que, ao serem identificadas nas fontes mapeadas, entrelaçariam-se em diferentes domínios² como o religioso, o político, o midiático e o educacional, o que possibilitaria uma configuração particular no debate e na escrita dos documentos analisados.

A Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de inspiração foucaultiana (2012), é a abordagem teórico-metodológica da pesquisa. No entanto, para essa comunicação, não descreveremos a ordem discursiva nessa perspectiva, pois assumimos o compromisso de apresentar apenas o mapeamento das fontes e a sistematização das informações noticiadas nos jornais e nas revistas, publicadas no período de 1910 a 1939, que se encontram disponibilizadas no portal digital da Hemeroteca Brasileira e que estiveram implicadas na constituição de um discurso pautado na defesa do cinema educativo no Brasil. Cabe esclarecer, também, que manteremos, no presente texto, a grafia original dos fragmentos extraídos dos documentos mapeados com o objetivo de facilitar o trabalho de outros pesquisadores interessados no acesso às fontes.

METODOLOGIA

A Hemeroteca Digital, vinculada à Fundação Biblioteca Nacional, dispõe de um sistema aberto e gratuito voltado à preservação da memória documental brasileira. Foi

lançada oficialmente em 2006, mas desde 2001, em parceria com instituições nacionais e internacionais, trabalha no processo de digitalização de jornais, revistas e outros documentos. Assim, colabora com a otimização dos espaços de armazenamento documental, público e privado, bem como a sua preservação de forma organizada, com o objetivo de facilitar o acesso de pesquisadores e estudiosos aos documentos consultados. Alguns destes, inclusive, constituíram fontes importantes para investigar o discurso sobre o cinema educativo no Brasil de 1910 a 1939.

No decorrer da pesquisa, percebemos que os jornais e as revistas que compuseram o mapeamento geral das fontes possuíam significativa relevância, pois forneceram informações que viabilizaram o entendimento sobre as dinâmicas sociais da época, dos debates, das iniciativas e das interdições em torno da prática do cinema educativo no país nas três primeiras décadas do século XX. Assim, mesmo não constituindo objetivo da pesquisa analisar os documentos-fonte, na perspectiva de reconstruir uma história sobre passados, permeada por interesses e relações de poder (Le Goff, 1990), mantivemos o interesse pelo fato de que tais fontes conduziram à construção de uma memória e a descrição de acontecimentos que se ligaram, em algum momento da história, à prática do cinema educativo no país.

Assim, ao assumirem a condição de registro, os documentos-fonte constituíram um lugar possível de produção dos discursos, apresentando-se como peças fundamentais, capazes de inscrever suas marcas mediante a manifestação de frases, palavras ou quaisquer expressões articuladas à temática do cinema educativo no Brasil. Nesse sentido, as notícias que circularam de 1910 a 1939, nos documentos mapeados, não serviram, apenas, para produção de uma revisão de literatura sobre o tema, mas para identificação dos enunciados³ que estiveram implicados na formação de um discurso pautado na defesa do cinema educativo no Brasil.

A respeito disso, é importante lembrar que as pesquisas norteadas pela Análise Arqueológicas do Discurso (AAD) tomam a linguagem como terreno de sua escavação e compreendem que não é ela, em si, tampouco o conjunto de significados, representações e seus modos de expressão que constituem seu objeto de estudo, mas o discurso. Este, por sua vez, como um modo de existência particular da linguagem, é constituído por “[...] um conjunto de enunciados” (Foucault, 2012, p. 143), presentes nos documentos analisados pelo pesquisador. Assim, pensamos ser esta comunicação importante porque dá visibilidade ao mapeamento geral das fontes ao explicitar parte das notícias articuladas à prática do cinema educativo no país nas três primeiras décadas do século XX.

Evidente que não pensamos de forma ingênua, o que também escapa a intenção da própria pesquisa, que as notícias disseminadas nos jornais e nas revistas não estiveram organizadas conforme os interesses editoriais, sociais e políticos da época. Razão pela qual não entendemos que as informações publicadas nos documentos sejam um espelho da realidade, mas um “[...] instrumento de opinião pública [direcionada a um público específico da época]” (Zicman, 1985, p. 91-92) ou, conforme argumentou o próprio Zicman (1985),

trata-se de uma informação que se apresenta com uma escrita singular, correspondente ao modo de produção e intencionalidade da própria imprensa, o que coloca em evidência tanto a problemática da forma quanto do seu conteúdo⁴.

Sendo assim, cômicos de que os documentos-fonte dessa investigação estiveram implicados em um processo de seleção, ordenamento e narração de acontecimentos históricos, identificamos a linha tênue entre os acontecimentos narrados e eles próprios como possibilidade de manifestar sua historicidade e os enunciados⁵ neles registrados.

Obviamente que, na perspectiva foucaultiana, de inspiração arqueológica⁶, pouco importa a correlação estabelecida entre o escrito (no jornal ou na revista) e o fato ocorrido, pois não há interesse em explicitar as causas ou as verdades contidas nas notícias, mas o jogo de relações que se manifesta no já dito/escrito. O que interessa é a descrição dos enunciados implicados na constituição de um determinado discurso que, para esta comunicação, faz-se necessário, como etapa preliminar à explicitação do discurso sobre o cinema educativo no Brasil, de 1910 a 1939, qual seja: mapear os documentos-fontes na perspectiva de identificar notícias relacionadas à prática do cinema educativo no país.

Assim, ao nos debruçarmos nas fontes, não procuramos encontrar nelas a evidência de pensamentos, representações, interpretações, elementos ocultos ou manifestos capazes de nos levar à compreensão do discurso sobre o cinema educativo no Brasil, de 1910 a 1939. Tampouco procuramos descobrir seu ponto de origem, como e o porquê de emergir em determinado momento histórico, pois nosso compromisso esteve voltado à descrição de um “[...] fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade” (Foucault, 2012, p. 133).

Com base nesse entendimento, não buscamos explicitar nas notícias dos jornais e das revistas analisadas, opiniões ou o papel que certos indivíduos tiveram em relação à mobilização do cinema educativo no país, mas destacar quais posições o próprio cinema ou os indivíduos assumiram no discurso investigado.

Em virtude desse enfoque, a pesquisa que desenvolvemos, de caráter analítico-descritivo, cujo material de estudo foram jornais e revistas disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira, resultou do que conseguimos explicitar a partir do que foi lido e sistematizado. Embora tenhamos assumido o compromisso em comunicar, nesse texto, apenas a etapa preliminar da investigação, qual seja: mapear os documentos-fontes na perspectiva de identificar notícias relacionadas à prática do cinema educativo no país nas três primeiras décadas do Século XX, sabemos que o conjunto de fontes não se coloca em uma condição hierárquica no âmbito da investigação científica. Todas tem sua relevância no processo analítico que, para essa comunicação, assume um caráter mais descritivo⁷.

Na Plataforma da Hemeroteca Digital, percebemos que a consulta aos documentos poderia ocorrer de três modos: 1) informando o nome do periódico, 2) informando o período e 3) informando o local/estado de publicação do jornal ou da revista. Em face dessas três

possibilidades, optamos pela segunda, pois não procurávamos por um periódico específico. Assim, ao mapear o acervo, fixou-se o período de 1910 a 1939, delimitado por décadas, separadamente, (1910-1919/1920-1929 e 1930-1939) com foco em 13 descritores (palavras-chave) relacionados à temática da pesquisa. Ao inserir o período e o termo desejado, o portal indicava a quantidade de periódicos relacionados ao recorte investigado, conforme apresenta a figura 1.



Figura 1 – Pesquisa por período no Portal Digital da Hemeroteca
 Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2006).

Para cada descritor, inserido no processo de consulta ao acervo, encontramos um número considerável de fontes. Em alguns casos, utilizamos palavras-chave similares, pois o mesmo jornal indicava formas distintas para se referir ao mesmo objeto⁸. Assim, a partir da delimitação dos períodos e das palavras-chave, encontramos no portal da Hemeroteca a lista de fontes e seu respectivo número de ocorrências em modo decrescente: dos jornais e/ou das revistas com maior percentual de ocorrências, por palavra-chave, para o de menor quantidade (Quadro 1).

Quadro 1 - Lista de ocorrências com a palavra-chave “cinema educativo”

(continua)

Descrição	Páginas	Ocorrências
Correio Paulistano (SP) - 1900 a 1919	51685	59
Correio da Manhã (RJ) - 1910 a 1919	42249	26
O paiz (RJ) - 1910 a 1919	45614	24
Gazeta de Notícias (RJ) - 1900 a 1919	48801	16



Quadro 1 - Lista de ocorrências com a palavra-chave “cinema educativo”

(conclusão)

Diario de Pernambuco (PE) - 1910 a 1919	21737	11
O Fluminense (RJ) - 1910 a 1919	14589	10
A Republica: orgam do Partido Republicano (PR) - 1888 a 1930	41690	10
Jornal de Recife (PE) - 1858 a 1938	124859	10
O Imparcial: Diario Ollustrado do Rio de Janeiro (RJ) - 1912 a 1919	26844	9
A Razão (RJ) - 1916 a 1921	14126	9
Jornal do Commercio (AM) - 1905 a 1979	139385	9
A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS) - 1884 a 1937	82963	9
A Epoca (RJ) - 1912 a 1919	21607	8
A Provincia: Orgão do Partido Liberal (PE) - 1872 a 1919	43273	7
Diario da Tarde (PR) - 1899 a 1983	154484	7

Fonte: Faheina e Silva (2023a). Os autores. Elaborado com base em informações contidas na Hemeroteca Digital Brasileira.

Conforme mostra a quadro 1, poderíamos selecionar o periódico que desejassemos, orientando-nos pela visibilidade das ocorrências que apareciam destacadas na cor verde (Figura 2).



Figura 2 – Exemplo de identificação da ocorrência no periódico selecionado

Fonte: Jogos educativos e diversões para a mocidade (1930, p. 13).

É importante salientar que, não obstante a identificação de um número elevado de jornais e revistas com seus respectivos quantitativos de ocorrências, não era interessante para a pesquisa a organização das fontes a partir desse critério. Sendo assim, considerando os dados encontrados, rejeitamos alguns periódicos, cujas ocorrências pareceram

insignificantes⁹ ou distantes do tema central do estudo e organizamos um quadro geral apenas com as fontes que apresentaram alguma notícia relacionada à prática do cinema educativo no Brasil, de 1910 a 1939 (Quadro 2)

Quadro 2 - Mapeamento geral das fontes

(continua)

(continua) Descritores / Palavras-chave	Ocorrências	Jornais e/ou revistas
cinema educativo	20	A Lanterna (RJ) 1916, Estrela do Minho (POR) 1921-1928, A.B.C. (RJ) 1929, A Informação (GO) 1933, Pão de Santo Antonio (MG) 1933, Correio Paulistano (SP) 1913-1937, O Lar Catholico (MG) 1926, Brasil Social (RJ) 1929, A Scena Muda (MG) 1921, Cinearte (RJ) 1927, O Fan (RJ) 1930, O Paiz (RJ) 1927, Diario da Manhã (RJ) 1910, Jornal das Moças (RJ) 1916, Fon Fon (RJ) 1912, O Estado de Florianopolis (SC) 1925, Revista Feminina (SP) 1920, A Escola Primaria (RJ) 1926-1932, Correio de São Paulo (SP) 1934, Excelsior (RJ) 1931.
cinema instrutivo	23	Correio da Manhã (RJ) 1914, Jornal de Recife (PE) 1914, Gazeta de Noticias (RJ) 1914-1918, O Paiz (RJ) 1916, Diario do Maranhão (MA) 1910, Gazeta Suburbana (RJ) 1920, Revista Feminina (SP) 1919, A Escola Primaria (RJ) 1926, O Estado (SC) 1927, Diario Nacional (SP) 1929, A Gazeta (SP) 1926, A Manhã (RJ) Correio Paulistano (SP) 1929, Jornal Brasil (RJ) 1929-1938, O Paiz (RJ) 1929, Arealense (RJ) 1933, Revista da Semana (RJ) 1934, O Tico Tico (RJ) 1938, O Radical (RJ) 1939, A Cruz (RJ) 1936, O Jornal (RJ) 1937, A Noite (RJ) 1932, Jornal do Commercio (RJ) 1933.
cinema escolar	20	A Lanterna (RJ) 1916, Estrela do Minho (POR) 1921-1928, A.B.C. (RJ) 1929, A Informação (GO) 1933, Pão de Santo Antonio (MG) 1933, Correio Paulistano (SP) 1913-1937, O Lar Catholico (MG) 1926, Brasil Social (RJ) 1929, A Scena Muda (MG) 1921, Cinearte (RJ) 1927, O Fan (RJ) 1930, O Paiz (RJ) 1927, Diario da Manhã (RJ) 1910, Jornal das Moças (RJ) 1916, Fon Fon (RJ) 1912, O Estado de Florianopolis (SC) 1925, Revista Feminina (SP) 1920, A Escola Primaria (RJ) 1926-1932, Correio de São Paulo (SP) 1934, Excelsior (RJ) 1931.

Quadro 2 - Mapeamento geral das fontes

(continuação)

cinema recreativo	28	A União (RJ) 1920, A Federação (RS) 1926-1934, Jornal do Commercio (AM) 1935, Automovel Club (RJ) 1926, Beira Mar (RJ) 1937, A Esquerda (RJ) 1931, Republica (SC) 1932, A Cruz (RJ) 1935, O dia (PR) 1925, O estado de Florianopolis (SC) 1928, Jornal do Commercio (RJ) 1929, A Gazeta (SP) 1927-1931, O Combate (SP) 1927, Diario Nacional (SP) 1928-1931, O Imparcial (RJ) 1921, Gazeta de Noticias (RJ) 1926-1938, O Paiz (RJ) 1923, Jornal do Brasil (RJ) 1928-1929, O Momento (RS) 1938, A Ordem (RN) 1937, Arealense (RJ) 1924, Cinearte (RJ) 1932, O Radical (RJ) 1939 Correio de São Paulo (SP) 1935, Diario de Noticias (RJ) 1938, O Jornal (RJ) 1935, Diario Carioca (RJ) 1935, Correio da Manhã (RJ) 1932.
censura cinematographica	05	A.B.C. (RJ) 1919, O Semeador (AL) 1916, Diario da Manhã (ES) 1916, Para Todos (RJ) 1920, Boletim Policial (RJ) 1933.
cinema e censura	03	O Ensino (RJ) 1919, Republica (SC) 1927, Novas Diretrizes (RJ) 1938.
<u>film immoral</u>	03	Boletim Policial (RJ) 1913, Palcos e Telas (RJ) 1920, O Lar Catholico (RJ) 1934.
fiscalização do cinema	03	A.B.C. (RJ) 1919, Gil-Blas (RJ) 1920, Cinearte (RJ) 1926-1930.
cinema immoral	11	O Semeador (AL) 1916, A União (RJ) 1917, Correio Paulistano (SP) 1917, Arealense (RJ) 1921, Revista Flamma (SP) 1928, Prefeitura de Caxias do Sul (RJ) 1931, Brasil Social (RJ) 1929, Maria (PE) 1926-1927, A Cruz (RJ) 1919-1923, Correio da Manhã (RJ) 1935, Jornal do Brasil (RJ) 1936.
fitas immoraes	07	O Paiz (RJ) 1910, A União (RJ) 1915-1919, Pharol (RJ) 1910 Gil-Blas (RJ) 1922, A Familia (MG) 1927, O Lar Catholico (MG) 1934, Pão de Santo (MG) 1934.
maus film	03	A União (RJ) 1919, O Imparcial (MA) 1928, O Combate (SP) 1923
cinema e educação religiosa	04	Brasil Ilustrado (DF) 1919, O Jornal (MA) 1917, A Republica (PR) 1912, Excelsior (RJ) 1931.

Quadro 2 - Mapeamento geral das fontes

(continuação)

Quadro 2 - Mapeamento geral das fontes

Quadro 2 - Mapeamento geral das fontes

(conclusão)

cinema e propaganda catholica	03	O Jornal (RJ) 1922, Para Todos (RJ) 1920, A União (RJ) 1919.
TOTAL	123	

Fonte: Faheina e Silva (2023b). Os autores. os autores. Elaborado com base em informações contidas na Hemeroteca Digital Brasileira.

Após a sistematização das fontes (Quadro 2), analisamos todas as notícias que circulavam no Brasil, de 1910 a 1939, e que divulgavam algum acontecimento relacionado ao cinema educativo no país, haja vista entendermos como os filmes foram empregados como estratégia para educar os brasileiros, sobretudo sendo reforçado pela igreja, pela polícia, pela imprensa e pela escola no contexto histórico da época.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o descritor **cinema educativo**, encontramos 20 fontes que apontaram o uso do cinema numa perspectiva escolar, ou seja, como recurso facilitador do ensino. As notícias registradas nos jornais e nas revistas da época indicaram que o filme poderia auxiliar o trabalho do professor, pois era capaz de facilitar o entendimento dos conteúdos escolares estudados pelos alunos. Assim noticiou o “Jornal Rua Nova (PE)” e o “Jornal Correio da Manhã (RJ)”:

[...] no ponto de vista educativo, e dado o grau de perfeição a que atingiu o cinematographo, fixando imagens e factos, de um modo attrahente e accessivel a quaisquer intelligencias, comprehender-se-á o grande papel que, futuramente, esse exercerá na educação (O Cinematographo [...], 1926, p. 23).

E o “Jornal Correio da Manhã (RJ) confirmou ao registrar em suas páginas que “[...] o ensino de todas as materias sera feito por meio da cinematographia. Os pesados textos, se chegam a ser inuteis para as creanças que não dispõem de uma rija capacidade intelectual, serão substituidos pelas fitas (O Cinema [...], 1919, p. 5).

De acordo com Barreto Filho (1932a), a eficiência do cinema se justificava na medida em que assumia a condição de “gravura animada”¹⁰, capaz de atrair, naturalmente, a atenção dos estudantes, quando comparada às lições orais e escritas. Desse modo, entre desenvolver a atenção voluntária e a espontânea do aluno “[...] seria sempre melhor e preferivel despertar a sua atenção expontanea” (Barreto Filho, 1932a, p. 10). Nesse sentido, o exercício da atenção espontânea trazia muitas vantagens, uma vez que a ação voluntária estava associada à obrigação e à necessidade de manutenção da atenção por parte do aluno. Nesse caso, o

caráter imagético do cinema tornava possível o estímulo espontâneo dos estudantes na medida em que os mantinham interessados na exposição do professor.

A partir dos descritores **cinema instrutivo** e **cinema escolar** encontramos: 23 e 20 documentos, respectivamente. As informações presentes nas fontes indicaram o cinema como um recurso útil à instrução de crianças, jovens e adultos, não limitando-se ao aspecto recreativo: “[...] o cinema como meio de proporcionar ensinamentos á mocidade tem dado os melhores resultados [...] aplicado como meio mais facil e mais adequados para o ensino da historia, da geographia, e de outras sciencias para as quaes a memoria é factor primordial” (Pontos [...], 1920, p. 2).

[...] o cinema póde ser, realmente um elemento precioso para a instrucção dos pequeninos [...] ha materias como por exemplo, a geografia, a historia, tantas outras, que serão ensinadas mais facilmente e mais perduravelmente pelo cinema do que pelo professor ou pelo proprio livro (O Cinema [...], 1938, p. 5).

Posto dessa forma, percebemos no cinema sua potencialidade no tocante à aquisição de certos conhecimentos, visto que poderia prender muito mais a atenção dos estudantes, sem forçar a memória para aprender o conteúdo exibido na tela (Instrucção [...], 1933).

A revista Cinearte, por sua vez, também apontou o cinema como um dos recursos mais eficientes quando comparado à outros utilizados no ensino, pois registrou: “[...] o film [...] superior a qualquer outro auxiliar” (A Infancia [...], 1932, p. 38) e que as “[...] creanças educadas com o auxilio desse aparelho [ganhariam] em adiantamento sobre as outras que não dispunham dos mesmos meios” (Acreditamos [...], 1932, p. 3). Em outras palavras, com o uso do cinema, os estudantes desenvolveriam maior grau de aprendizagem em comparação àqueles educados por meio de métodos tradicionais¹¹.

Recursos visuais como o cinema tinha a capacidade de colocar “[...] deante dos olhos, os objectos a ser estudados ao lado da idéa suggerida pelo estudo” (Barreto Filho, 1932b, p. 32). Nesse caso, assumia um papel importante: “[...] [como] o substituto possivel de muitos dos processos actuaes de ensino, [...] das gerações futuras” (Chronica, 1930, p. 38), pois muitas das coisas escritas e as palavras do professor poderiam ser facilmente substituídas pelo cinema.

No tocante ao descritor **cinema escolar**, verificamos que as notícias sugeriam a incorporação do cinema à organização dos processos de ensino escolar, compreendendo-o como um recurso útil à educação na medida em que assumia a condição de material de ensino. Assim confirmou o seguinte fragmento: “[...] o cinema há de ter o seu logar [sic], na hora própria, na escola. Não deve ser [...] nem distracção ou recreio ou recompensa. Para que resulte útil é necessário que se introduza naturalmente com os demais meios de educação e ensino” (Cinema [...], 1930, p. 34).

Além disso, notamos que circulou nas fontes analisadas a noção do cinema como estratégia geral de combate ao analfabetismo do país, pois se entendia que, através dele,

poderia-se combater a chaga que mais infligia o Brasil na época (Cinearte, 1929). Percebemos, também, que o cinema assumiu a posição de recurso voltado à educação popular, pois possibilitou “[...] assistência cultural, com vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e, mesmo, sobre analfabétos” (Decreto [...], 1932, p. 5). Circulou o entendimento de que, “[...] sobre a palavra, as imagens tinham a vantagem indiscutível de não necessitar de tradução pois actuavam [...] sobre o espirito do publico e tanto mais quanto a sua acção é inconsciente” (Castro, 1929, p. 6). Nesse sentido, via-se no cinema um recurso vantajoso para a educação das massas.

Com a palavra-chave **cinema recreativo**, os documentos mapeados apontaram o filme como um recurso adequado à pedagogia moderna¹² por ser concebido como recurso eficiente, capaz, inclusive, de substituir outros métodos e processos de ensino, tanto na escola quanto em outros espaços sociais como: a igreja, as comunidades e a imprensa.

[...] urge, todavia, que se cogite, entre nós, de garantir o desenvolvimento dessa nova arte. [...] E verdadeiramente assombroso tudo quanto nos pôde ella permittir como factor educacional, substituindo-se a diversos outros methodos e processos muitos menos efficientes, a que recorre a moderna pedagogia (O Cinema [...], 1928, p. 1).

Assim também atestou Barreto Filho ao afirmar: “[...] mas o cinema não deve ser unicamente, do ponto de vista da infancia e da mocidade, um auxiliar infinitamente precioso do ensino e da educação. Importa não desprezar a vantagem que poderíamos chamar aqui de um intervallo recreativo (Barreto Filho, 1932c, p. 66).

Assim, encontramos nos documentos-fonte notícias que indicaram a necessidade de unir à um só recurso: divertimento, instrução e diversão. O cinema tinha essa capacidade, pois a revista Cinearte registrou: “[...] a organização honesta dos programas infantis [...] [deve ser] [...] constituído [de] espectaculos que divertem e a um tempo instruem” (Não É [...], 1928, p. 7).

A partir dos descritores **cinema e censura** e **censura cinematographica**, percebemos que o filme passou a ser noticiado como uma ferramenta capaz de corromper a moral social. Nesse sentido, circulou nos jornais e nas revistas da época que, antes mesmo de sua exibição em quaisquer espaços sociais do país, o cinema deveria ser fiscalizado, principalmente pela polícia, uma vez que “[...] nenhum film deveria serexhibido no Brasil sem prévio exame de autoridade competente” (A Censura [...], 1920, p. 23).

A polícia passou a ser noticiada como instância social corresponsável no estabelecimento de uma censura criteriosa aos estabelecimentos cinematográficos do país. Sendo assim, assumiu a função fiscalizadora, ao garantir que as exibições respeitassem “[...] a moral das fammílias e a innocencia das crianças e a não envilecerem o caracter nacional” (Furto [...], 1916, p. 2). Posto dessa forma, cabia à polícia, no interesse dos bons costumes, inspecionar os filmes e censurar àqueles em desacordo com os valores morais.

Com efeito, a partir dos descritores **film immoral** e **fiscalização do cinema**, encontramos outras notícias que reforçaram a necessidade de conduzir a fiscalização cinematográfica no país em vista da preservação da moral e os dos bons costumes brasileiros. Isto se justificava na medida em que se tinha presente a necessidade de estabelecer um processo de censura ao filmes exibidos, uma vez que, quando desprovidos de fiscalização, poderia influenciar a conduta da população, instruindo-as com atitudes ilícitas e prejudiciais. Assim confirma um dos fragmentos extraídos do “Jornal A.B.C. (RJ)”: “[...] a arte cinematographica ea sua indústria correlata deviam estar sujeitas a uma rigorosa fiscalização critica, afim de não se tornar vehiculo [sic] da corrupção do bom-gosto tal como se lhe impede pela interferência policial a depravação dos bons costumes” (Fernandes, 1919, p. 2).

Tal como argumentou Fernandes (1919), as notícias registradas nas fontes mapeadas, indicaram, também, a necessidade da conjugação de esforços no sentido de efetivar no país uma “[...] censura criteriosa fundada em bases educativas”, direcionada à “[...] submissão dos departamentos de censura às secretarias de educação, e não, [...] sujeitos às autoridades policiaes” (Fernandes, 1919, p. 10).

Não obstante a importância da polícia como órgão de censura competente que trabalhou no sentido de regular a exibição de determinados filmes até o final da década de 1920, identificamos que a censura policial, em si, não impedia que as crianças continuassem frequentando os espetáculos cinematográficos. Assim, permitiam a presença de crianças, desde que acompanhadas por seus pais e, por essa razão, circulava a notícia de que deveriam “[...] retirar da policia o aparelho da censura, organizal-o [sic] convenientemente mantido sob a gestão e supervisão directa de um ministério, que [...] deveria ser não o da justiça mas o da educação” (O Desastre [...], 1931, p. 5). Posto dessa maneira, o exame dos filmes deveria ser feito por um órgão, secretaria ou ministério preocupados com a exibição de programas cinematográficos, especificamente infantis, com “[...] temas sportivos, lições de moral, films patrioticos, instructivos, educadores, comedias, [...] espetaculos innocentes e uteis” (A Questão [...], 1926, p. 7).

A partir do exame das fontes, identificamos também algumas notícias que apontaram a necessidade de estabelecimento de iniciativas políticas e normativas no âmbito da educação brasileira no tocante à prática do cinema educativo no país. Dentre elas, vale destacar àquelas que não tinham normatização definida, mas que tiveram grande importância nas discussões sobre a relação entre o cinema e a educação no Brasil. Um exemplo foi a Associação Brasileira de Educação (ABE) que, a partir de 1926, organizou-se com o propósito de “[...] chamar atenção do paiz para um problema de grande alcance social: a do cinema infantil” (O Cinema [...], 1927a, p. 23), pois sabia da influência que o cinema tinha sobre a mentalidade das crianças, quando se permitia ao “[...] cerebro infantil às mesmas experiencias por que passava o cerebro adulto” (Chronica, 1931, p. 3).

Nessa perspectiva, as ações da ABE assumiram, do ponto de vista discursivo, uma posição persuasiva pautada na defesa da presença de crianças nos espetáculos cinematográficos, desde que mobilizada por uma “[...] acção conjugada dos importadores de

filmes, dos proprietários dos estabelecimentos cinematográficos, dos pais [sic] de família em geral, [e] de associações idôneas para censura das películas” (O Cinema [...], 1927a, p. 23). Por não ter normatização que autorizasse a fiscalização dos filmes, trazia recomendações sobre como os espetáculos infantis poderiam ser organizados e dava orientações ao público em geral, especialmente àqueles que estivessem presentes nos espetáculos.

Na revista *Cinearte*, identificamos notícias que ratificaram algumas das recomendações feitas pela ABE: “[...] aos proprietários de cinemas pedindo-lhes para que sejam dadas *matinées especiais*, com fitas educativas, para recreio das crianças” (O Cinema [...], 1927b, p. 31, grifo do autor). Além disso, sugeria que fossem proibidas a entrada de crianças menores de 14 anos em certos espetáculos cinematográficos. As recomendações desse órgão buscaram colaborar com a melhoria dos filmes exibidos às crianças, de modo que o público pudesse ter acesso à programação cinematográfica. Sendo assim, propunha aos produtores de filmes que disponibilizassem na *Cinearte* uma lista, contendo o nome das fitas que poderiam ou não serem exibidas. De modo geral, a ABE assumiu a condição de orientar o público frequentador das salas de cinema: “A [...] A.B.E., também se empenhará – de esclarecimento de verdadeira educação dos pais de família [...] que desertam das exibições de filmes verdadeiramente educativos e enchem com a sua prole as abomináveis ‘*matinées*’ infantis de certos estabelecimentos” (O Cinema [...], 1927a, p. 23, grifo do autor).

Nesse caso, a Associação Brasileira de Educação se empenhou em conscientizar as famílias brasileiras no tocante aos perigos que o cinema poderia trazer às crianças, principalmente quando desprovido de atenção adequada na sua produção.

Também identificamos notícias que apontaram o Decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932, como ação normatizada, responsável por fiscalizar o cinema no país, visto que a partir dele “[...] nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos” (Cinema [...], 1933, p. 12). Quanto à realização de espetáculos voltados ao público infantil, esse Decreto passou a ocupar a função de “[...] decidir quais os espetáculos improprios ou prejudiciais e interditados para menores, tendo em vista, [...] proteger o espírito infantil ou adolescente” (Lessa, 1935, p. 28).

Assim, por intermédio da Comissão de Censura Cinematográfica, criada a partir do referido Decreto, ganhou a lei a competência de intervir nas exibições fílmicas que pudessem provocar sugestões nocivas à população. Quando direcionado ao público infantil, a Comissão propunha censurar “[...] com critério especial e mais severo os filmes capazes de produzir aqueles mesmos malefícios no espírito dos menores subtraindo [...] aqueles de cuja preservação moral tinha o Estado a maior responsabilidade e interesse em cuidar” (A Entrada [...], 1935, p. 24).

Diante da competência de intervir nos espetáculos de cinema, notamos que, antes do Decreto 21.240/1932 ser responsável pela censura aos filmes prejudiciais à população brasileira, especialmente para as crianças, “[...] o assunto [sic] havia sido cuidado pelo

Decreto nº 17.943 de 12 de outubro de 1927 que consolidou as varias leis de proteção aos menores” (Cinema [...], 1933, p. 12).

O Decreto nº 17.943/1927, também conhecido por Código de Menores, trazia um conjunto de medidas de assistência e proteção aos menores que se configurava como condição normativa para autorizar a intervenção aos filmes considerados impróprios a esse público. Assim, diante de qualquer espetáculo que demonstrasse sugestivamente nocivo à criança, cumpria-se que fosse executada a “[...] assistencia dos menores a taes espectaculos, sem distincção de estarem ou não acompanhados de seus paes ou responsaveis” (Lessa, 1935, p. 28). A proibição a certos filmes apareceu como medida absoluta e, sozinhos ou acompanhados, o mais importante seria proteger sua formação moral em desenvolvimento. Além de intervir na seleção de filmes, também foi responsável pelas exibições direcionadas à crianças, “[...] obrigando os emprezarios [sic] dos salões de exhibição [...] a cumprir rigorosamente a lei, isto é, a excluir desses programmas films improprios, films defesos á população infantil” (Chronica, 1927, p. 3).

Posto dessa maneira, notamos que, das diversas iniciativas que ocorreram no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX, no tocante à censura cinematográfica voltada ao público infantil, registraram-se, de modo geral, a necessidade de: organizar os espetáculos infantis, selecionar os filmes e intervir nos espetáculos com a intenção de proteger os menores. Todas essas iniciativas ratificaram a importância sobre a necessidade de educar o cinema para se fazer útil ao público infantil.

Alinhados à defesa da censura cinematográfica brasileira, a igreja também foi noticiada nos documentos-fonte como instituição responsável pela fiscalização dos filmes exibidos à população, uma vez que os filmes foram concebidos como “[...] mestre e incentivo do vicio e do crime [...]” (Cinema [...], 1917, p. 1). Dessa forma, por meio do descritor **cinema immoral**, percebemos que a igreja concebeu o cinema como recurso imoral, capaz de afastar os fiéis dos valores cristãos. Contudo também acreditou na importância de uso do cinema voltado à propaganda religiosa, pois notamos a explicitação no tocante às ações realizadas pela igreja no sentido de orientar os fiéis quanto à escolha dos filmes, além de menções à campanhas de moralização do cinema realizadas, especificamente, pela imprensa que contribuía para o fortalecimento da censura cinematográfica no país e atendia aos interesses da igreja, da escola e, de modo geral, do Estado brasileiro. É o que está posto no noticiário abaixo, identificado a partir da palavra-chave **fitas immoraes**:

Todos os leitores d’A União sabem da campanha que, de ha tempos, vimos sustentando, a bem da moralidade publica, contra as exhibições de films que offendem a moral e os bons costumes [...] do mesmo modo temos indicado os films indecentes, muitos delles nojentos, que passam pela téla dos nossos cinemas, no intuito também de affastar dessa escola de vicio as pessoas [sic] que gostam de assistir ás exhibições de fitas cinematographicas (E, agora [...], 1917, p. 3).

Como já sinalizamos, ao tratar sobre a divulgação do cinema na sociedade brasileira da época, este era, por vezes, considerado um recurso imoral. Quando buscamos notícias relacionadas ao descritor **maus films** no portal da Hemeroteca Digital, notamos que autoridades religiosas, como padres e bispos, assumiram a responsabilidade em mobilizar ações no combate ao cinema. Também verificamos que a imprensa, em particular a católica, assumiu um papel controlador no tocante à divulgação dos filmes que poderiam ou não serem vistos pelos fiéis:

Reconheço que é efetivamente de grande alcance, oportunidade e proveito a nova obra do Centro da Bôa Imprensa, destinada a premunir os catholicos contra os males incalculaveis dos maus films. [Assim], não perderei oportunidade de recommendar aos meus diocesanos a utilissima revista – A Tela, que peço a Deus consiga realizar a enorme somma de bem que se propõe (O Episcopado [...], 1919, p. 3).

[...] está, pois nas mãos dos nossos amigos, das associações catholicas, dos nossos bons e zelosos vigarios, das ordens religiosas, emfim [sic] de todos os bons, clericos ou seculares, fazer com que os cinemas locaes, dentro de pouco tempo, excluam de seus programmas todo e qualquer film condemnavel [sic], moralizando, para tranquillidade da população, as suas casas de diversões (Era [...], 1919, p. 1).

Por fim, diante da noção de imoralidade atrelada ao cinema, e ao consultarmos o acervo a partir dos descritores **cinema e educação religiosa** e **cinema e propaganda catholica**, constatamos o reconhecimento da igreja à respeito do cinema como recurso capaz de fortalecer a religião. Dos sete documentos encontrados, notamos que o cinema passou a ser noticiado como estratégia de combate à imoralidade e como meio de propaganda do ensino religioso, desde que observado a compatibilidade entre esse objetivo e o conteúdo disseminado na cinematografia. Assim atestaram a “Revista Para Todos (RJ)” e o “Jornal A Republica (RJ)”, respectivamente: “O vaticano acaba de aprovar a utilização [sic] do cinema como meio de propaganda [...] entre varias considerações sobre a necessidade de se incrementar a propaganda contra a immoralidade e a irreligiosidade “com a eloquencia da projecção luminosa” (O Cinema [...], 1920, p. 27).

A recente ordem do Papa, [...] se referem, para que os cinematographos possam funcconar nas egrejas mediante certas precauções, é aparte toda e qualquer ironia provocada pela originalidade da idéa, a reabilitação do cinema que assim adquire fóros de sagrado pela importancia dominante que vae ter no culto (O Cinema [...], 1912, p. 1).

Nesse sentido, quando vinculado aos interesses da igreja católica, via-se no cinema uma ferramenta colaboradora do progresso religioso, “[...] com entretenimentos honestos e instructivos” (A Propaganda [...], 1920, p. 21), capazes de exhibir aos fiéis lições de moralidade, de religiosidade e de preservação de valores, crenças e ensinamentos cristãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do mapeamento geral das fontes e de sua análise, notamos que o discurso sobre o cinema educativo no Brasil, de 1910 a 1939, apareceu de um modo singular sendo sustentado por diferentes instituições e domínios, a exemplo da igreja no domínio religioso, da polícia no domínio político, da imprensa no domínio midiático e da escola no domínio educativo. Assim, ao efetuar o mapeamento geral das fontes, explorando as notícias presentes nos jornais e nas revistas relacionadas à temática da investigação, chegamos às seguintes conclusões:

No domínio religioso, notou-se que o cinema assumiu a condição de recurso moralizador ou desmoralizador, a depender do conteúdo imagético disseminado, sendo capaz de distanciar ou não os fiéis dos ensinamentos religiosos. Desse modo, no período investigado (1910 a 1939), autoridades religiosas como padres, bispos, pastores, rabinos etc., advertiram os fiéis no tocante aos filmes que estivessem em desacordo com os valores religiosos da época, ou seja, filmes que contivessem cenas de violência, que incentivassem a sensualidade ou que divulgassem doutrinas contrárias ao cristianismo apregoado pela igreja católica (O Censor [...], 1926).

No domínio político, o cinema assumiu a condição de estratégia necessária para educação da população brasileira por colaborar com a disseminação de bons costumes e valores culturais do país. Assim, as fontes analisadas indicaram que, no referido período, qualquer filme deveria ser examinado por uma autoridade competente antes de ser exibido no país (A Censura [...], 1920).

No domínio midiático, a imprensa, materializada em diferentes periódicos da época, a exemplo de jornais e revistas disponibilizadas no acervo digital da Hemeroteca Brasileira, também colaboraram para o estabelecimento de uma censura cinematográfica no país, pois competia à imprensa brasileira, além da polícia, fiscalizar as fitas antes de sua exibição e, por meio de uma notícia publicada em revista ou jornal, expressar sua opinião sobre cada uma delas (Acção..., 1919).

No domínio escolar, as fontes analisadas indicaram que o cinema poderia ser concebido como instrumento de educação escolar, pois entendia-se que se tratava de um recurso vantajoso a ser utilizado na educação, na medida em que pudesse contribuir com o processo de ensino instaurado, por exemplo, nos cursos de instrução primária e secundária da época (Ribeiro, 1928).

REFERÊNCIAS

ACÇÃO Social de São João d' El-Rey. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, n. 15, p. 2, 20 fev. 1919. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=799670&Pesq=a%20tela%20cinema&pagfis=3239>. Acesso em: 3 out. 2021.

A CENSURA cinematographica. **Para Todos**, Rio de Janeiro, RJ, n. 74, p. 23, 15 maio 1920. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124451&pesq=censura%20cinematographica&pasta=ano%20191&pagfis=2767>. Acesso em: 17 set. 2021.

ACREDITAMOS bem que a prefeitura por sua directoria da instrução possa fazer em pequena escala o que a companhia Kodak realizou. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 356, p. 3, 21 dez. 1932. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=em%20adiantamento%20sobre%20as%20outras%20que%20n%c3%a3o&pagfis=14955>. Acesso em: 13 jun. 2022.

A ENTRADA de menores em cinemas. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 417, p. 24, 15 jun. 1935. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20educa%C3%A7%C3%A3o&pagfis=17899>. Acesso em: 1 dez. 2022.

A INFANCIA e o cinema. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 320, p. 38, 20 abr. 1932. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20crean%C3%A7as%20ensino&pagfis=26305>. Acesso em: 25 nov. 2022.

A PROPAGANDA religiosa pela cinematographo. **Para Todos**, Rio de Janeiro, RJ, n. 75, p. 21, 22 mar. 1920. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124451&Pesq=films%20de%20ve%20rdadeira%20moral%20christ%c3%a3&pagfis=2802>. Acesso em: 17 set. 2021.

A QUESTÃO da censura cinematographica. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 196, p. 9, 27 nov. 1926. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20infancia&pagfis=9004>. Acesso em: 1 dez. 2022.

BARRETO FILHO, S. **Cinearte**, Rio de Janeiro, RJ, n. B00320, p. 66, 20 abr. 1932c. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=&pagfis=26305>. Acesso em: 26 set. 2021.

BARRETO FILHO, S. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 339, p. 32, 24 ago. 1932b. disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20escolar&pagfis=27074>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BARRETO FILHO, S. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 343, p. 10, 21 set. 1932a. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20ensino&pagfis=14440>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção aos menores. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 12 out. 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n. 21.240, de 4 de abril de 1932. Nacionaliza o serviço da censura dos filmes cinematográficos, cria a “Taxa Cinematográfica para a educação popular” e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 4 abr. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CASTRO, P. J. de. **Jornal do brasil**, Rio de Janeiro, RJ, nº 216, p. 6, 8 dom. 1929. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=cinema%20instrutivo&pasta=ano%20192&pagfis=78458. Acesso em: 20 abr. 2021.

CINEARTE. **Cinearte**, Rio de Janeiro, RJ, n. 176, p. 9, 10 jul. 1929. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=film%20escolar&pagfis=7995>. Acesso em: 25 set. 2021.

CINEMA educativo. **O Fan**: órgão oficial do “chaplín-club”, Rio de Janeiro, RJ, n. 08, p. 34, jun. 1930. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=097187&pesq=film%20escolar&pasta=ano%20192&pagfis=80>. Acesso em: 17 set. 2021.

CINEMA e espiritismo. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, n. 21, p. 1, 15 mar. 1917. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=2860>. Acesso em: 23 set. 2021.

CINEMA e censura. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 367, p. 12, 15 maio 1933. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20educa%C3%A7%C3%A3o&pagfis=15468>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CHRONICA. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 236, p. 38, 3 set. 1930. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema+educacao+cr%C3%A7%C3%A3o&pagfis=10912>. Acesso em: 1 dez. 2022.

CHRONICA. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 263, p. 3, 11 mar. 1931. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil&pagfis=12068>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CHRONICA. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 83, p. 3, 28 set. 1927. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20infancia&pagfis=4335>. Acesso em: 30 nov. 2022.

DECRETO nº 21.240 de 4 de abril de 1932. **Revista nacional de educação**, Rio de Janeiro, RJ, nº 001, p. 5, 4 abr. 1932. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=181614&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=5>. Acesso em: 10 abr. 2021.

E, AGORA que diz? **A União**, Rio de Janeiro, RJ, n. 82, p. 3, 14 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=799670&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=3106>. Acesso em: 24 set. 2021.

ERA Nova do cinema no Brasil. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, n. 38, p. 1, 11 maio 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=799670&pesq=maus%20films&pasta=ano%20191&pagfis=3330>. Acesso em: 1 out. 2021.

FAHEINA, E. F. A.; SILVA, W. F. **Quadro 1 - Lista de ocorrências com a palavra-chave “cinema educativo”**. 2023a. 1 quadro.

FAHEINA, E. F. A.; SILVA, W. F. **Quadro 2 - Mapeamento geral das fontes**. 2023b. 1 quadro.

FAHEINA, E. F. A.; SILVA, W. F.; SANTOS, L. de F. S. dos S. A igreja, a polícia, a imprensa e a escola como mobilizadoras do discurso sobre o cinema como estratégia para educar os brasileiros (1910-1939). In: HELENO, E. do A. *et al.* (org.). **A pesquisa na universidade necessária**. João Pessoa: Editora UFPB, p. 150-164, 2021.

FAHEINA, E. F. A. **O discurso sobre o nexos pedagógico entre o cinema e a educação**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8507/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FERNANDES, C. D. **A.B.C.:** politica, actualidades, questões sociaes, letras e artes. Rio de Janeiro, RJ, n. 236, p. 2, 13 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830267&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=3894>. Acesso em: 23 set. 2021.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FURTO misterioso. **Diario da manhã**: órgão do partido constructor, Espirito Santo, ES, nº 59, p. 2, 25 out. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=censura%20cinematographica&pasta=ano%20191&pagfis=7740>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

INSTRUCCÃO em goyaz. **A informação Goyana**, Goiás, GO, nº 0010A, p. 3, 5 abr. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=176648&pesq=cinema%20escolar&pagfis=3048>. Acesso em: 20 jan. 2023.

JOGOS educativos e diversões para a mocidade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, n. 160, p. 13, 5 jul. 1930. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=cinema%20educativo&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=1835. Acesso em: 20 jan. 2023.

NÃO É só no Brasil que a influencia perniciosa que certos films exercem sobre a infancia tem despertado a atenção das autoridades. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 101, p. 7, 1 fev. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20infancia&pagfis=4521>. Acesso em: 20 jan. 2023.

O CENSOR cinematographico na Irlanda. **Maria**, Pernambuco, PE, n. 1, p. 16-17, jan. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116645&pesq=cinema%20imortal&pasta=ano%20192&pagfis=1894>. Acesso em: 3 out. 2021.

O CINEMA e a infancia. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 67, p. 23, 8 jun. 1927a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20infancia&pagfis=2878>. Acesso em: 29 nov. 2022

O CINEMA e a educação da criança. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 47, p. 31, 19 jan. 1927b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20educa%C3%A7%C3%A3o&pagfis=1956>. Acesso em: 1 dez. 2022.

O CINEMA e a educação. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, RJ, n. 7608, p. 5, 28 dez. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=42202. Acesso em: 18 set. 2021.

O CINEMA e a igreja. **Para Todos**, Rio de Janeiro, RJ, n. 95, p. 27, 20 out. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=124451&pesq=films%20de%20ve%20rdadeira%20moral%20christ%C3%A3&pagfis=3472>. Acesso em: 1 out. 2021.

O CINEMA e a infancia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, n. 96, p. 5, 27 abr. 1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&Pesq=cinema%20instrutivo&pagfis=84045. Acesso em: 19 set. 2021.

O CINEMA nas egrejas um congresso cinematographico em Paris. **A Republica**: organo do partido republicano, Paranaense, PR, n. 126, p. 1, 31 maio 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=25762>. Acesso em: 2 out. 2021.

O CINEMA para instruir e educar. **O Estado de Florianópolis**, Santa Catarina, SC, n. 4208, p. 1, 31 maio 1928. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=884120&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=19435>. Acesso em: 15 set. 2021.

O CINEMATOGRAFO e a educação. **Rua Nova**, Pernambuco, PE, n. 48, p. 23, 3 abr. 1926. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217255x&pesq=cinema%20educati vo&pasta=ano%20192&pagfis=59>. Acesso em: 20 set. 2021.

O DESASTRE acontecido a todos ou quasi todos. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 259, p. 5, 11 fev. 1931. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20infancia&pagfis=11897>. Acesso em: 30 nov. 2022.

O EPISCOPADO e “A Tela”. **A União**, Rio de Janeiro, RJ, n. 20, p. 3, 9 mar. 1919.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=799670&pesq=maus%20films&pasta=ano%20191&pagfis=3260>. Acesso em: 1 out. 2021.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. p. 535-553.

LESSA, M. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 421, p. 28-48, 15 ago. 1935. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=&pagfis=18093>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PONTOS nos ii. **Gazeta Suburbana**: semanário critico, litterario, noticioso, dedicado aos interesses da zona suburbana, Rio de Janeiro, RJ, n. 565, p. 2, 6 nov. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830364&pesq=cinema%20instructi vo&pasta=ano%20191&pagfis=776>. Acesso em: 20 set. 2021.

RIBEIRO, A. J. M. G. **O Paiz**, Rio de Janeiro, RJ, n. 16089, p. 3, 7 nov. 1928. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=36169. Acesso em: 10 abr. 2021.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas.

Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP, São Paulo, n. 4, 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 12 jan. 2021.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunto da Universidade Federal da Paraíba. Contato: evelynfaheina@gmail.com

** Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador independente. Contato: wylliam.silva.016@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

FAHEINA, E. F.; SILVA, W. F. da. Fontes para a investigação científica sobre o cinema educativo no Brasil (1910-1939). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-23, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8667559. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8667559>. Acesso em: 27 dez. 2023.

Notas

- ¹ Este texto comunica os resultados de uma pesquisa que contou com o apoio do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no período de 2021 a 2022.
- ² Vale salientar que a noção de domínio é correspondente a de campo associado expressa por Foucault (2012) em “A arqueologia do saber”, e diz respeito a um domínio de coexistência a partir do qual são estabelecidas relações entre enunciados. Nesse sentido, o campo associado faz com que uma palavra, frase ou série de signos quaisquer se torne um enunciado, dando as condições de possibilidade para a existência e formação de uma trama complexa interligada a um contexto determinado ou à disseminação de um conteúdo específico na ordem do discurso investigado.
- ³ A respeito do enunciado, vale lembrar que, na perspectiva foucaultiana, ele não possui uma estrutura definida nem se constitui como uma unidade, pois é entendido como “[...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2012, p. 98). A ideia de função, segundo Foucault (2012), pressupõe a existência de correlações estabelecidas no limite de cada discurso. No entanto, as correlações que possam existir entre os enunciados não devem ser confundidas com a constituição de uma trama histórica, visto que “[...] a descrição dos enunciados se distingue da descrição de um contexto histórico a partir da qual é possível emitir um sentido ou uma opinião” (Faheina, 2016, p. 32).
- ⁴ Embora Zicman (1985) argumente sobre a importância de esclarecer ao leitor as características centrais das fontes analisadas, suprimimos o debate acerca da questão pelo fato de ter mapeado um número expressivo de documentos (123 jornais e/ou revistas).
- ⁵ Vale salientar que ainda não consideramos os fragmentos de notícias explicitados nesse texto como enunciados. Para aprofundamento desse assunto, leia: Foucault (2012).
- ⁶ Pautado no livro “A arqueologia do saber” (Foucault, 2012).
- ⁷ Todavia, Isto não se impõe como um processo investigativo subjetivo, pois a subjetividade do pesquisador está à serviço da objetividade do que está posto nas fontes analisadas. Nesse caso, a síntese analítica da pesquisa, no campo da Análise Arqueológica do Discurso, busca explicitar o enunciado daquilo que é dito/registrado em algum lugar/documento através da descrição.
- ⁸ É o caso, por exemplo, dos termos “cinema educativo”, “cinema escolar” e “cinema instrutivo”.
- ⁹ Apresentação de elementos com pouca relevância, ou seja, que não contribuía para a compreensão da temática de nosso interesse, a exemplo de anúncios de filmes, entrevistas com atores e atrizes, anúncios sobre instrumentos cinematográficos, resenha de filmes etc.
- ¹⁰ Uma das nomenclaturas que aparece nas fontes para destacar o caráter ilustrativo do cinema e sua capacidade de se colocar sempre em movimento.
- ¹¹ A noção de métodos tradicionais estava posto na Cinearte como o conjunto de práticas educativas, cujo foco estava voltado à leitura, escrita e memorização de determinados conhecimentos pelos alunos.
- ¹² No que diz respeito à ideia de pedagogia moderna, a revista Cinearte registra como sendo o aprimoramento da educação para além da simples exposição oral e escrita do professor, estimuladora do uso de diversos recursos como o cinema, haja vista facilitar a compreensão dos conteúdos escolares ensinados.